



CLIPPING



26 e 27 DE
JUNHO DE
2021

COORDENADORIA DE IMPRENSA DO TJPA
(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 - coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

REPÓRTER

70

Atuação do TJPA

A Patrulha Maria da Penha é implantada em Parauapebas e a rede de proteção à mulher vítima de violência recebeu capacitação.

> TRABALHO DÍVIDAS

Tramitando na Câmara dos Deputados, o projeto de lei 2.863 de 2020 está causando polêmica. Se aprovado, ele vai permitir o parcelamento, em até 60 meses, de dívidas trabalhistas judiciais que tenham sido contraídas até 18 meses após o fim do estado de calamidade pública e emergência de saúde decorrente da pandemia da covid-19. O texto do PL também prevê a suspensão da exigência de recolhimento do depósito recursal, valor que o empregador é obrigado a depositar quando recorre de sentença judicial.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

MEIO AMBIENTE

Drive-Thru Ambiental recebe itens recicláveis

AÇÃO – Além de vidro, papel, plástico e metal, servidores da Sesan recebem sucatas de geladeiras, máquinas de lavar e fogões, entre outros objetos

Contribuir com o meio ambiente por meio da doação de lixo eletrônico e outros itens recicláveis, gerando renda para famílias de catadores, é algo que qualquer pessoa pode fazer, e para isso a Prefeitura de Belém promove o Drive-Thru Ambiental. A iniciativa mobiliza as secretarias municipais de Saneamento (Sesan) e de Meio Ambiente (Semma), em parceria com a Associação Nhandeara. Quem quiser doar itens deve comparecer até a sede da Sesan, na Avenida Almiran-

te Barroso, 3110, próximo da Avenida Júlio Cezar, em frente ao Tribunal de Justiça do Estado (TJPA), de 9h às 12 horas.

Na sede da Sesan, servidores municipais recebem sucatas, como geladeiras, máquinas de lavar e fogões, assim como vidros, papéis, plásticos, metais etc. A advogada Leonice Barbosa, de 50 anos, aproveitou a oportunidade para descartar diversas garrafas de vidro que estavam guardadas. "Essa ação é de extrema importância. Eu sempre ensi-

nei minha filha a não jogar lixo no chão e descartar corretamente. Na minha casa, eu separo o lixo, colocando em sacolas separadas e descartando de forma correta", comentou.

COLETA

Em média, a Sesan recolhe mais de 17 mil toneladas de entulho por mês. Segundo o diretor do Departamento de Apoio Operacional do órgão, Wladimir Varela, a parceria com o projeto Nhenda-



Projeto quer evitar que entulhos sejam jogados nas ruas e também visa ajudar catadores

ra visa beneficiar a cidade e os catadores.

"Nossos servidores estão separando os materiais descartados e, depois de três dias de coleta, esses entulhos serão encaminhados para as cooperativas de catadores que darão a destinação correta para esses resíduos, evitando assim que cheguem aos canais ou sejam jogados nas esquinas da cidade", disse.

Parceira da Prefeitura no Drive-Thru Ambiental, a Associação Nhandeara atua há 18 anos com projetos educacionais na área do meio ambiente e tem base sediada na Itália. Esta é a terceira ação que a Nhandeara realiza com o Município de Belém. A diretora da associação, Márcia Vieira, informa que o objetivo é arrecadar 16 toneladas de entulho e orientar como a população

pode fazer a entrega.

"É importante a população fazer a separação correta dentro de casa, ver o que pode entregar e separar. Tem materiais que não precisam ser reciclados e por isso não estamos recebendo, como o isopor e madeira".

O Drive-Thru Ambiental prosseguirá neste sábado (26) e domingo (27), de 9 às 12 horas, na Sesan.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Assassinos de mãe e filha são presos em operação

Seis pessoas foram presas durante a operação "Vila Rica", deflagrada ontem, 25, pela Polícia Civil do Pará, por meio da Delegacia de Homicídios de Marabá. A ação deu cumprimento a três mandados de prisão preventiva, busca e apreensão e autuou outras três pessoas em flagrante, em seis municípios nos estados do Pará e Piauí.

Os três presos com mandado de prisão expedido são investigados pelo duplo homicídio qualificado cometido contra a ex-secretária de turismo da cidade, Vanuza da Silva Barbosa, e a filha dela, Jacsiane Barbosa de Moura. O crime ocorreu no mês de novembro de 2020, na Chácara Vila Rica, localizada na Vicinal do Medalhão, zona rural de Marabá.

Ainda na ação, outras três pessoas foram autuadas em flagrante por posse

ilegal de arma de fogo. As prisões ocorreram em quatro municípios do Pará, sendo eles Marabá, Mãe do Rio, Santa Isabel e Castanhal, e nas cidades de Teresina e Picos, ambas no Piauí.

As investigações realizadas pela Delegacia de Homicídios de Marabá apontaram a existência de uma complexa trama criminosa, motivada pelo desejo de posse e ganância. Na ação foram apreendidas ainda quatro armas de fogo, aparelhos celulares e documentos, que serão analisados e periciados. "Esse caso chamou nossa atenção pela audácia do mentor, que inclusive, esteve presente no velório das vítimas. Em depoimento, o homem deu relatos que não nos convenceram", declarou o Delegado-Geral da Polícia Civil, Walter Resende.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

RD REPÓRTER
DIÁRIO

LINHA DIRETA

O vice-presidente e corregedor eleitoral do TRE Pará, desembargador Leonam Gondim da Cruz Júnior, foi homenageado com a Medalha de Mérito Notarial “Zeno Veloso”, em reconhecimento às contribuições como jurista, escritor e na atividade notarial.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

COMERCIANTE MORTO EM MOSQUEIRO POLÍCIA PRENDE ASSASSINO

José Lucas foi encontrado em Castanhal e não reagiu à prisão. Ele alegou legítima defesa, mas polícia aponta possível latrocínio

PRISÃO

J R Avelar

Uma semana depois do assassinato do comerciante João Monteiro Aneth Santos, de 61 anos, morador da ilha do Mosqueiro, a Polícia Civil, em diligências diuturnas, deu uma resposta prendendo, no interior do Estado, o acusado réu confesso no crime.

Em cumprimento ao mandado judicial, expedido pelo juiz José Torquato de Alencar da Vara Distrital do Mosqueiro, a Polícia Civil, através da 9ª Seccional Urbana, ao comando do delegado Heitor Magno, com o chefe de operações interino Marcelo Cunha, e os investigadores Pantoja, Mauro, Oliveira e a escrivã Heliana, efetuaram a prisão na manhã de terça-feira (22).

As diligências foram nos municípios de Inhangapi e Nova Ipixuna, além de uma verdadeira varredura em Mosqueiro até na região ribeirinha; porém, foi na cidade de Castanhal que José Lucas Rodrigues do Vale, o principal suspeito, estava escondido e onde acabou preso sem esboçar reação.

Segundo o delegado Heitor Magno, as investigações apontavam que José Lucas mantinha um relacionamento amo-

roso com a vítima, e que esta nutria um ciúme incontrolável por ele, o que motivou uma briga com a vítima no dia de sua morte.

No depoimento o acusado alegou legítima defesa. O argumento contado por José Lucas não se sustenta, segundo o delegado, depois que se confronta com as investigações da Polícia Civil.

Um agravante ainda sustenta o crime de latrocínio, pois as câmeras de segurança registraram a saída de José Lucas Rodrigues do Vale do local do crime pilotando a motocicleta da vítima, que acabou sendo abandonada em Mosqueiro.

O caso já estava sendo chamado de "Lazaronet" por alguns internautas, fazendo um comparativo com o famoso caso nacional do assassino Lázaro, onde ninguém ainda conseguiu prendê-lo.

A ação precisa da justiça, através do juiz José Torquato e a Polícia Civil de Mosqueiro, foi mais ágil e estratégica e em uma semana deu a pronta resposta para a família, amigos e a sociedade mosqueirense sobre este bárbaro crime ocorrido na ilha.

SUA OPINIÃO

opinio@diarioonline.com.br

Você gostaria de comentar?

www.diarioonline.com.br



João Monteiro (acima) teria um caso amoroso com José Lucas que, depois do crime, fugiu
FOTOS: BETO MESSIAS

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



Populares e policiais fizeram buscas intensas na esperança de encontrar a menina com vida
FOTOS: DIVULGAÇÃO

ESTAVA DESAPARECIDA

MENINA É ACHADA MORTA

Ela desapareceu na última segunda-feira, depois de ir até a feira para comprar tempero para a mãe

WISEU

J R Avelar

Após quatro dias de intensas buscas foi encontrada já sem vida, na manhã de ontem (25), uma menina de 10 anos que tinha desaparecido na manhã da última segunda-feira (21) quando saiu para comprar um tempero em uma feira na cidade de Wiseu na região nordeste do Pará.

O corpo da pequena vítima, já em adiantado estado de decomposição, foi achado por populares em uma área rural da cidade, chamada Porto Grande, na localidade de Samaúma. A informação foi confirmada pela Polícia

Militar através do major Jandir, comandante da 19ª CIPM, que acionou a Polícia Civil e o Núcleo Avançado do Centro de Perícias Científicas Renato Chaves da cidade de Bragança, para pericia e remoção do cadáver.

O desaparecimento da menina mobilizou toda cidade de Wiseu, que reuniu uma força-tarefa entre seus moradores, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros.

O principal suspeito de cometer o crime seria um vendedor de um produto cosmético, que estava hospedado em um hotel na cidade. Pelos levantamentos da polícia, ele foi o último a ser visto com a menina. Ele teria sido já identificado e agora está sendo procurado pela polícia.

Há informações de que o suspeito, que seria morador do

distrito de Outeiro, em Belém, teria assediado outras jovens na cidade e, por esta razão, o delegado responsável pelo caso teria solicitado sua prisão preventiva à Justiça.

Um suposto carro encontrado foi considerado suspeito e como já tinha sido lavado, foi encaminhado ao Núcleo Avançado do Centro de Perícias Científicas Renato Chaves de Bragança, para passar uma pericia especializada.

Desde segunda-feira (21) familiares, amigos e moradores de Wiseu fizeram protestos pacíficos, cobrando agilidade nas investigações. O suspeito tinha sido detido na terça-feira (22) e como não havia provas, foi ouvido em depoimento e em seguida liberado.



CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

ENVOLVIDOS EM MORTE DE MÃE E FILHA SEIS ACUSADOS SÃO PRESOS

Operação foi realizada por policiais do Pará e do Piauí. Crime ocorreu em novembro de 2020 em Marabá

FEMINICÍDIO

Michel Garcia
De Marabá

A Divisão de Homicídios da Polícia Civil prendeu seis pessoas na manhã de ontem, acusadas de terem participação na morte da ex-secretária de turismo de Marabá, Vanuza da Silva Barbosa, de 41 anos, e a filha dela, Jacsiane Barbosa, 25. Elas foram mortas no dia 29 de novembro de 2020 na Chácara Recanto dos Pissaros, no Bairro Novo Progresso, no Núcleo São Félix, onde as vítimas possuíam um bar em Marabá no sudeste paraense.

De acordo com o delegado Tony Vargas, líder da divisão de homicídios, a operação foi desencadeada em Marabá, Mãe do Rio, Santa Izabel, Castanhal, Teresina e Picos (PI). Foram três alvos levantados, dois com busca e apreensão e um mandado de prisão preventiva na cidade de Teresina.

Em Marabá ocorreram apenas busca e apreensões não tendo mandado de prisão para o município. As buscas aconteceram em 3 locais distintos, buscando informações com pessoas que porventura tenham alguma relação com o

crime, inclusive com até mesmo fornecimento da arma que foi usada no crime.

O delegado Tony Vargas fala sobre a operação que aconteceu ontem. "As prisões foram realizadas nas cidades de Santa Izabel do Pará, em Mãe do Rio e em Teresina (PI)", disse o delegado. "Um deles seria o mandante do crime, uma outra pessoa que está presa seria um partícipe do crime, uma pessoa que facilitou para a execução do dia do fato criminoso e nós temos uma terceira pessoa que estava no local do crime cedendo informações para aquele que foi executar as duas vítimas", declarou.

No curso das investigações, que contou com tomada de depoimentos, apreensão e interceptações, "comprovou-se a existência de complexa trama criminosa motivada pelo sentimento de posse, ganância e torpeza que resultou na morte impetuosa das vítimas. Na operação foram apreendidos", diz o delegado.

Foram apreendidas, 4 armas de fogo (uma possivelmente a arma do crime), 3 presos por posse irregular de armas, 3 presos preventivamente, além de aparelhos telefônicos.

Entre os presos está um ex-marido de Vanuza da Silva Barbosa que segundo delegado



Jacsiane Barbosa tinha acabado de se formar. Vanuza era ex-secretária de Turismo. Elas foram mortas em uma chácara
FOTOS: REPRODUÇÃO

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



De acordo com o delegado Tony Vargas, um dos principais suspeitos do duplo homicídio é ex-marido de Vanuza

Tony Vargas é um dos principais suspeitos da morte de mãe e filha em Marabá. "Iremos fazer uma análise, juntar todos os elementos que foram constituídos a partir dessas buscas, das prisões, pois uma prisão esclarece muita coisa dentro

de uma investigação e após a análise desses elementos queremos concluir esse inquérito em no máximo 10 dias, remeter ao Poder Judiciário com disposição dos presos à Justiça", salientou Tony Vargas. Vanuza da Silva Barbosa foi se-

cretária de Turismo do ex-prefeito Maurino Magalhães, de 2009 a 2012. Já Jaciane Barbosa era bacharel em Direito, havia se formado recentemente. A investigação conta com 35 agentes da Polícia tanto no Pará quanto no Piauí.



CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



Sonho de cursar uma faculdade vira pesadelo para centenas de estudantes paraenses

SUSPEITAS DE GOLPE

Sessenta faculdades são investigadas pelo MPF no Pará

PROCESSOS - Justiça já proibiu a oferta de vários cursos e determinou a devolução de valores e indenizações

JOSIELE SOEIRO
Especial para O LIBERAL

Levantamento recente do Ministério Público Federal no Pará (MPF-PA) aponta que a instituição atua, hoje, em pelo menos 60 casos relacionados a empresas que oferecem ilegalmente cursos de nível superior no Estado, sem autorização do Ministério da Educação (MEC). Deste total, em 40 processos, a Justiça Federal determinou a suspensão das propagandas e dos cursos ilegais. Outros dez casos foram resolvidos sem a necessidade de ajuizamento de ação. As empresas suspenderam os cursos em acatamento de recomendações expedidas pelo MPF-PA. Hoje, há ainda em torno de dez processos judiciais

numa nova empresa — tiveram sentença em meio a 41 processos. E mais recentemente outras quatro foram alvo de decisão judicial: o Instituto de Educação Teológica Ômega, que também funcionou com o nome de Faculdade de Educação Superior do Pará (Faespa); o colégio Evolução (LS Ltda); a Unidade de Ensino, Pesquisa e Extensão do Espírito Santo (Unives); e a Academia de Educação Montenegro (Faculdade Montenegro).

PRAZO

Ex-alunos de cursos de graduação e pós-graduação dessas quatro instituições recentemente condenadas foram vítimas de golpes de instituições em situação de

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

que aguardam sentenças da Justiça Federal.

O golpe é muito recorrente no Pará, principalmente no interior e com alguma concentração maior no eixo sul do estado. Consiste na oferta de cursos de graduação ou pós-graduação por instituições sem autorização do MEC, que matriculam estudantes e depois transferem, coletivamente, os créditos das disciplinas realizadas pelos alunos a outras instituições que possuem o devido credenciamento. A prática é irregular e não oferece nenhuma segurança aos estudantes, que pagam mensalidades e depois não recebem o diploma.

Até o fim de 2020, em levantamento já fechado do MPF-PA, 45 empresas e/ou instituições — sem contar casos de mudanças de nome, o que poderia resultar

ilegalidade. Essas pessoas têm o prazo de 30 dias para solicitarem à Justiça Federal o recebimento de indenização de R\$ 5 mil, mais o ressarcimento das despesas realizadas. A informação foi publicada no último dia (24), pela própria Justiça Federal.

Além de confirmar a ilegalidade, a Justiça proibiu a oferta dos cursos e determinou que os prejudicados devem ser indenizados e devem receber de volta as despesas realizadas, com correção monetária calculada a partir da publicação da sentença, em março de 2016. Além da condenação ao pagamento pelos danos individuais, a pedido do MPF-PA, a Justiça Federal condenou as quatro empresas ao pagamento por danos morais coletivos. Cada empresa terá que pagar R\$ 50 mil, que serão revertidos

para um fundo público.

CHECAGEM

O sonho de acesso ao ensino superior pode se tornar um pesadelo se não houver atenção na hora de buscar uma instituição séria. Quanto aos principais cuidados que as pessoas devem tomar para não cair neste tipo de golpe, o Ministério Público Federal orienta que é imprescindível checar se o curso tem credenciamento no MEC, antes de efetuar a matrícula.

Para fazer essa checagem basta acessar o site emec.mec.gov.br e verificar se a instituição está autorizada a ofertar o curso, no município pretendido. Tam-

**Instituições
não tinham
autorização
do MEC e
mantinham
esquema de
transferência
ilegal de
créditos de
disciplinas**

bém é possível encontrar informações sobre quais empresas estão autorizadas a oferecer cursos de nível superior em cada município pelo número telefônico do MEC 0800-616161.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Listão das 37 faculdades suspensas pela Justiça

- Centro de Estudos Avançados Alfa
- Centro Educacional Cesário Antônio da Silva Eireli
- Centro Educacional de Wenceslau Braz (Cebra), antiga Faculdade de Ciências Wenceslau Braz (Facibra)
- Escola de Ensino Superior do Oeste do Pará (Espa)
- Faculdade Atual, antiga Faculdade de Desenvolvimento e Integração Regional (Fadire), antiga Fapam
- Faculdade Centro Educacional Elã (Faceel)/ Centro Educacional Elã
- Faculdade de Ciências Humanas de Vitória (Favix)
- Faculdade de Educação Superior do Pará (Faespa), antigo Instituto Ômega, incluindo parceria com Unidade de Ensino, Pesquisa e Extensão do Espírito Santo (Unives) e Academia de Educação Montenegro (Faculdade Montenegro)
- Faculdade de Educação Tecnológica do Pará (Facete)
- Faculdade de Ensino Superior de Tucumã
- Faculdade de Teologia, Filosofia e Ciências Humanas Gamaliel (Fatefig)
- Faculdade do Tapajós (FAT)
- Faculdade Evangélica Cristo Rei (FECR)/ Congregação da Igreja de Cristo (Concristo)
- Faculdade Integrada do Baixo Tocantins (Fibat)/ Sistema Educacional Integrado da Amazônia (Seia)/ Faculdade Paulo Neto (Fapan)/ Centro Educacional Paulo Neto (Cepn)
- Faculdade Integrada do Brasil (Faibra)
- Faculdade Italo Brasileira (FIB)
- Faculdade Latino-Americana de Educação (Flated)
- Faculdade Reunida (FAR)
- Faculdade Unisaber (União Brasileira de Educação e Participações)/ Faculdade de Tecnologia AD1
- Faculdade Universal de Altamira (Facuni)/ Centro Técnico de Anápolis
- Fundação de Ensino Superior de Marabá (Fesuma) ou Centro de Ensino Superior de Marabá (Cesuma) - separadamente ou em conjunto com a Faculdade da Ibiapaba (Facib) ou com a Fundação Assistencial Cultural e Educacional (Faedi)
- Fundação Educacional Getúlio Vargas - FEGV (CNPJ: 07.958.458/0001-05)
- Instituto Brasileiro de Educação e Saúde (Ibes)
- Instituto Brasileiro de Educação Kerigma (Ibek)
- Instituto Castro Alves
- Instituto de Desenvolvimento Educacional São Lucas (Idesal)
- Instituto de Educação e Tecnologia de Paragominas (Ietep)/Faculdade de Educação Superior de Paragominas (Facesp)
- Instituto de Educação Superior e Serviço Social do Brasil (Iessb) - convênio com Organização Social Evangélica da Assembléia de Deus (Osead)
- Instituto de Ensino Superior de Óbidos (Ieso)
- Instituto Educacional de Filosofia e Evangelização Profeta Abraão (Iefepa)
- Instituto Educacional Rio Jacundá
- Instituto Jean Piaget Ltda, Centro de Educação Paraense Professor Gamaliel Ltda (nome fantasia: Centro Técnico e Acadêmico do Pará (Cetap)), Instituto Conhecimento de Educação Avançada (Iesc), Faculdade de Desenvolvimento e Integração Nacional (Fadire) e Correspondente Educacional Visão Proficiente
- Instituto Pan-Americano de Educação
- Instituto Proficiência de Educação Superior e Pesquisa (Ipesp)
- Parceria entre Instituto Educacional Convictus e Escola de Formação Teológica e Profissional (Eftepro)
- Seminário Teológico da Assembleia de Deus (Setad)
- Sociedade Educacional Santo Augusto (Faisa)

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Reparação precisa ser cobrada em juízo

Para solicitar a indenização no caso das quatro faculdades recentemente condenadas, os ex-alunos prejudicados devem ajuizar pedido de liquidação da sentença do processo número 0005951-27.2012.4.01.3900, relativos aos itens c.1 e c.2 da decisão, o que pode ser feito na Justiça Federal em Belém, na rua Domingos Marreiros, 598 - Umarizal. Já quem não mora em Belém pode fazer o pedido na sede da Justiça Estadual do município onde vive.

O ajuizamento do pedido deve ser feito por meio de advogado particular ou da Defensoria Pública. Para receber a indenização, o MPF-PA informa que é preciso apresentar, no pedido, comprovante de que o interessado realizou matrícula em pelo menos uma das instituições condenadas. Para ter o ressarcimento de despesas com matrículas, taxas e mensalidades, é preciso apresentar os comprovantes de pagamento.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



André Serrão

andre.serrao@andreserrao.adv.br

OPINIÃO

Professores da Rede Pública de Educação Básica têm direito ao Piso Salarial Nacional

Por meio da Lei Federal 11.738/2008, foi instituído o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. A Lei foi promulgada com o objetivo de valorizar a tão importante profissão dos professores, e, consequentemente, buscar melhorias nos índices de desempenho do ensino básico brasileiro.

O piso salarial nacional

então passou a ser corrigido e divulgado anualmente, e deve ser reajustado logo após de janeiro de cada ano, conforme índices divulgados pelo Governo Federal. Contudo, desde em janeiro de 2017, à época ainda na gestão do Governador Simão Jatene, o Governo do Estado do Pará não aplicou à remuneração dos professores os parâmetros indicados pelo Governo Federal, fazendo com que

recebessem, a partir de 2017, remuneração inferior do Piso Salarial Nacional, em clara afronta à Lei.

Os professores então buscaram o Poder Judiciário Estadual, que, em sede de Mandado de Segurança, determinou ao Estado do Pará que fizesse o pagamento do Piso Nacional, conforme determina a Lei Federal 11.738/2008. Da decisão do Tribunal de Justiça

do Estado do Pará houve a interposição de recurso ao Supremo Tribunal Federal, que apreciou a questão em julgamento encerrado em 07/04/2021, e confirmou a decisão que assegurou aos professores da educação básica, que no Estado do Pará são vinculados à Secretaria de Educação (Seduc), o direito ao recebimento do piso salarial. Em virtude da decisão final do processo, todos os profissionais do magistério público da educação básica têm direito ao recebimento das diferenças salariais, de maneira retroa-

tiva, de 2017 a 2021. Para o recebimento dos valores, os professores devem procurar um advogado e ajuizar

Lei foi promulgada com o objetivo de valorizar a tão importante profissão dos professores

Ações de Execução Individual de sentença coletiva perante a Justiça Comum Estadual, com a apresenta-

ção em juízo dos cálculos de liquidação, contendo as diferenças salariais do período, inclusive os reflexos nas demais parcelas, tais como adicional de tempo de serviço e gratificações. Os valores serão pagos por meio de Requisições de Pequeno Valor, quando não ultrapassarem o limite legal de quarenta salários mínimos, e por meio de precatórios quando extrapolarem o limite legal.

André Serrão
é advogado trabalhista

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



Bernardino Santos

bernardino.liberal@gmail.com

VITRINE

- Desembargador Leonam Cruz Júnior, vice-presidente do TRE, recebeu a Medalha do Mérito Notarial Zeno Veloso, que lhe foi concedida pelo Colégio Notarial do Brasil - Pará. Uma homenagem merecida.
- Adriano Seduvim Filho, que é um dos destacados magistrados da justiça estadual, trocou de idade antes de ontem, mas passou a data trabalhando, sem comemoração. Ele é presidente da Associação dos Magistrados do Pará. Embora com certo atraso, registramos os parabéns.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Sesma pagou muito mais por equipamento, diz documento

A Sesma comprou por R\$ 14 mil cada bomba de infusão, mas a empresa que revendeu para secretaria pagou apenas R\$ 7,1 mil por equipamento

BOMBAS DE INFUSÃO

Ana Célia Pinheiro

A AC Franco de Almeida Comércio de Materiais Hospitalares pagou apenas R\$ 7,1 mil em cada uma das bombas de infusão que revendeu a R\$ 14 mil, no ano passado, à Prefeitura de Belém, na gestão do ex-prefeito Zenaldo Coutinho, no mais alto valor já registrado, em todo o Brasil, para esse tipo de equipamento hospitalar. As bombas foram adquiridas pela AC Franco, em 07 de maio, junto à Purpura Importações e Exportações de Equipamentos Ltda, sediada na cidade de São José dos Campos, no estado de São Paulo, e o frete até Belém ficou em pouco mais de R\$



Compras foram feitas por Sérgio Amorim (abaixo), na gestão do ex-prefeito Zenaldo Coutinho. FOTOS: FERNANDO ARAÚJO / ARQUIVO

Quantidade inicial foi reduzida

AC Franco também alega que não houve qualquer irregularidade na transação e que a Sesma a contratou porque as bombas que ofereceu são de uso universal, ou seja, podem ser ligadas em equipamentos de qualquer marca e modelo. É uma das alegações apresentadas ao MP-PA também por Zenaldo. Na imagem de uma Nota Técnica que ele anexou aos autos (mas na qual não se consegue visualizar data ou numeração), assessores da gestão de Amorim dizem que houve chamamento público, e até diligências, para a aquisição dessas bombas, mas que só a AC Franco e a F Cardoso

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

4 mil, para um total de 60 bombas, das quais 37 foram compradas pela Secretaria Municipal de Saúde (Sesma), para o combate à pandemia. Dois meses antes, em 19 de março, a Prefeitura de Miguelópolis, no estado de São Paulo, havia adquirido 10 desses equipamentos, também da Purpura e sem licitação, por apenas R\$ 4.997,00 cada. A contratação da AC Franco foi assinada pelo ex-secretário municipal de Saúde, Sérgio Amorim, apesar de a F Cardoso & Cia Ltda ter oferecido bombas de infusão a R\$ 6.361,20 cada, ou menos da metade do que ele acabou pagando.

As informações são de um novo lote de docu-



mentos obtidos pelo DIÁRIO nos sites do Tribunal de Contas dos Municípios (TCM), Prefeitura de Mirandópolis, Junta Comercial de São Paulo (Jucesp), Receita Federal e Ministério Público do Pará (MP-PA), que investiga o caso. Além de reforçar os indícios de superfaturamento, a papelada indica a possibilidade de manobras da Sesma, na gestão de Amorim, para que a AC Franco acabasse contratada, para fornecer essas bombas. A empresa, cujo nome de fantasia é Kanner Comércio e Serviço, tem como principal atividade a manutenção e reparação de aparelhos eletromédicos e eletroterapêuticos. Ela possui um capital de apenas R\$ 110 mil e funciona em uma sala, em um prédio de escritórios no município de

tação de Equipamentos Veterinários e incluiu entre as suas atividades a venda atacadista de equipamentos odontológico-hospitalares e o comércio varejista de bebidas. Só em 2019, adotou o nome Purpura Importação e Exportação de Equipamentos e se mudou para a cidade de São Paulo. Mas, em 29 de setembro do ano passado, trocou o nome para Purpura Serviços Administrativos e passou a ter como atividade os serviços de escritório. Dias depois, em 5 de outubro, foi extinta. E até pelo menos abril deste ano o Tribunal de Contas de São Paulo tentava localizar Fernando Kaziwara, através de editais, por causa do contrato com a Prefeitura de Miguelópolis.

duas empresas compartilhavam, também, a logomarca. Além disso, a única sócia da Sete sempre foi Sabrina Negreiros de Sousa. Mas quem assina o Recibo do frete é uma certa Paula Daniel, mesmo nome de uma ex-sócia da Purpura.

A Nota Fiscal e o Recibo estão entre os documentos que a AC Franco enviou, em sua defesa, ao MP-PA. Ela afirma que teve uma margem de lucro de 34,798% em cada bomba (R\$ 3.614,11), devido às despesas embutidas: além dos R\$ 7.100,00 de aquisição, R\$ 67,42 de frete; R\$ 263,41 de ICMS; R\$ 522,56 de tributos federais; R\$ 1.855,00 de custo administrativo; R\$ 400,00 de instalação e treinamento, R\$ 177,50

apresentaram propostas de venda. Porém, segundo eles, as bombas oferecidas pela F Cardoso eram da fabricante Fresenius, somente aceitariam equipamentos da mesma marca e ficariam obsoletas rapidamente. Além disso, a AC Franco garantiu a entrega dos equipamentos em 10 dias (e havia urgência deles, em função da pandemia).

Tais afirmações, no entanto, não resistem à uma análise da Dispensa de Licitação (DL) 30/2020, para a compra de vários equipamentos, entre eles essas bombas, para as UPAS e o Hospital Dom Vicente Zico. No primeiro semestre do ano passado,

enquanto corria com o processo dessa DL, a Sesma ultimava, a passos lentos, o Pregão Eletrônico 07/2020, para equipar o Pronto Socorro Humberto Maradei, reinaugurado em fevereiro. No Pregão, foram adquiridas 51 bombas de infusão: 40 delas junto à Samtronic Indústria e Comércio, a fabricante, a R\$ 5.200,00 cada; e 11 vendidas pela empresa Flamed, cada uma a R\$ 6.335,67. Essas 11 são da marca Fresenius e, pelo que consta no Pregão, são de uso universal, ao contrário do que diz a Nota Técnica apresentada por Zenaldo. Aliás, pelo que se vê no site da fabricante, as 11 são até do mesmo modelo que a F Cardoso ofereceu a R\$ 6.361,20 cada, mas que a Sesma rejeitou para comprar as bombas de

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Ananindeua, mas declarou à Receita Federal 41 atividades, incluindo fabricação de tecidos, serviços de Engenharia e até a venda de “quentinhas”. No entanto, ela não é a única empresa dessa transação com um histórico esquisito.

A Purpura, de quem a AC Franco comprou os equipamentos, foi aberta em 2015, com o nome de M Suplementos. Era um comércio varejista de artigos esportivos, com um capital de apenas R\$ 30 mil. Os dois sócios iniciais passaram-na adiante, em meados de 2017. Mas, estranhamente, teria sido um deles, Fernando Kaziwara, que se apresentou como responsável legal da empresa, no ano passado, para a venda das bombas de infusão à Prefeitura de Miguelópolis. Ainda em 2017, ela passou a se chamar ZHK Importação e Exportação

FRETE

Outra empresa, a Sete Importação e Exportação de Equipamentos Ltda, que forneceu à AC Franco o Recibo do frete dessas bombas até Belém, tem uma história vapt-vupt: ela, que também vendia equipamentos odontológicos-hospitalares no atacado, foi aberta em 24 de abril e extinta em 06 de julho do ano passado, ou seja, não durou nem três meses. Na Jucesp, não há ligação aparente entre as duas empresas. Mas na Nota Fiscal que emitiu para a AC Franco, a Purpura aparece com endereço à avenida Andrômeda, 693, 301, Jardim Satélite, em São José dos Campos, o mesmo que a Sete registrou na Jucesp em toda a sua breve existência, e que também consta no Recibo do frete. Nesses dois documentos, as

(2,50%) de comissão de venda, que somaram R\$ 10.385,89. Na Nota Fiscal 000016, emitida pela Purpura, em 07/05/2020, consta, nos quadrinhos destinados às informações sobre o transporte das mercadorias, que ele foi realizado pelos Correios e que a contratação do frete foi por conta do remetente (CIF). A Nota tem o valor total de R\$ 426 mil, pelas 60 bombas. As 37 que a AC Franco vendeu à Sesma custaram R\$ 518 mil aos cofres públicos.

EQUIPAMENTO

Bombas de infusão são equipamentos eletrônicos para administrar medicamentos, nutrientes e outras substâncias, através das veias, por exemplo.

R\$ 14 mil da AC Franco. Outro problema é a quantidade que a Sesma tentou comprar, na DL 30/2020: o orçamento pedido às empresas mencionava 210 bombas, o que talvez tenha espantado boa parte delas, naquele momento de escassez mundial de equipamentos hospitalares. Mas, no final, depois de derrotar a F Cardoso, a AC Franco acabou oferecendo apenas 120 bombas e o contrato fechado pela Sesma foi para a compra de apenas 37. Além disso, há o prazo de entrega. De fato, a F Cardoso disse que só poderia entregar vários equipamentos, entre eles as 210 bombas, em 120 dias. Já a AC Franco, ficou de entregá-las em 10 dias. Mas, ao final, disse que só poderia entregar 30 delas imediatamente, ficando o restante para daí a 20 dias.



JUSTIÇA EM FATOS LUIZ FLÁVIO

@luizaoreporter

www.facebook.com/luiz.f.costa.37

lfmcosta@gmail.com

ANTÔNIO OLDEMAR COELHO ASSUME DESEMBARGO NO TRT8

Nascido em Afuá, no Marajó, o juiz Antônio Oldemar Coelho dos Santos é o mais novo desembargador do TRT8, empossado na tarde da última segunda-feira pela presidente do Tribunal, desembargadora Graziela Leite Colares. A nomeação foi assinada pelo presidente da República no dia 17 e publicada no Diário Oficial da União (DOU) no dia

seguinte. Oldemar assumiu a vaga decorrente da aposentadoria do desembargador Julianes Moraes da Chagas, pelo critério de antiguidade. O novo desembargador, que já presidiu a Associação dos Magistrados Trabalhistas da 8ª Região (AMATRA8) possui 35 anos de carreira na JT, tendo atuado em várias comarcas do interior e na capital.



MENDES E MENDES REFORÇA BANCA DE DIREITO PÚBLICO

A advogada Jessica Malcher Gillet, mestre em Direito pela UFPA e LL.M em Direito Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas, passa a integrar a banca de advocacia Mendes e Mendes. Ela coordena, juntamente com advogada Marcella Mendes, a pasta de Direito Público. É mais um reforço à experiente equipe de advogados, que já conta com um forte time de especialistas na área. Jessica também passará a integrar os quadros da Associação Brasileira de Relacionamento Institucional de Governo (ABRIG), da qual a banca faz parte, como única representante da região Norte na entidade.



EJPA promove curso de judicialização da saúde pública



A Escola Judicial do TJP (EJPA), dirigida pelo desembargador Leonardo de Noronha Tavares, promoveu o curso "Judicialização da Saúde Pública" com o Homero Lamarão Neto, juiz paraense e doutor em Direito. O curso faz parte do Plano de Gestão 2021-2023 do TJP e teve participação significativa de magistrados e servidores. Finalizando a agenda do primeiro semestre, a EJPA promoverá o curso "Elaboração de Projeto de Pesquisa" que preparará futuros candidatos a mestros e doutorados, inclusive o Mestrado Profissional em Gestão Pública, que a Escola promoverá no segundo semestre, em parceria com o NAEA/UFPA.

Pela primeira vez, posse no TRE Pará ocorre com tradução simultânea em Libras

A juíza federal Carina Cátia Bastos de Senna foi empossada na última terça-feira como juíza efetiva da corte eleitoral, para biênio 2021/2023, em sessão solene virtual. Foi a primeira cerimônia realizada com tradução simultânea na Língua Brasileira de Sinais (Libras). Eleita por unanimidade, a magistrada tem como suplente o juiz Sérgio Wolney de Oliveira Batista Guedes, que atuava como membro efetivo do Tribunal. A posse contou com a presença da presidente do TRE do Pará, desembargadora Luzia Nadja Guimarães Nascimento, do vice-presidente e corregedor regional eleitoral, desembargador Leonam Gondim da Cruz Júnior, além da procuradora regional eleitoral substituta, Nathalia Mariel Ferreira de Souza Pereira.



Subseção da OAB de Santarém recebe o nome de Ubirajara Bentes

A sede da subseção da OAB-PA Santarém, a maior e mais antiga da ordem na Amazônia, foi revitalizada e reinaugurada no último dia 18 e recebeu o nome do saudoso ex-presidente da ordem, Ubirajara Bentes, que faleceu em novembro do ano passado vítima de Covid-19. Estiveram presentes o presidente da seccional Alberto Campos, o secretário geral Eduardo Imbiriba, o tesoureiro André Serrão, o ouvidor geral João Batista, o conselheiro federal Sérgio Pinheiro e os conselheiros estaduais Alano Pinheiro e Diogo Condrú.



VERBIS

O Sistema Estadual de Defesa das Prerrogativas desagrovou publicamente doze advogadas e/ou advogados violados no

exercício da profissão em sessão virtual ocorrida dia 21, concluída pelo presidente da OAB-PA, Alberto Campos, e pelo secretário-geral e presidente da Comissão de Defesa de Direitos e Prerrogativas, Eduardo Imbiriba.

Foi terceiro desagravo virtual da história da instituição. Em agosto de 2020, a instituição já havia desagrovado virtualmente quatro advogadas e uma advogada. Em dezembro do mesmo ano, foram desagrovadas duas advogadas e um advogado.

O juiz federal Sérgio Wolney de Oliveira Batista Guedes foi empossado na manhã da última quarta-feira como substituto no TRE do Pará. Obteve o magistrado como membro efetivo em nossa terça-feira (22), quando tomou

posse a juíza federal Carina Cátia Bastos de Senna.

OTRTB lançou o podcast

"Laborando". É a mais nova ferramenta de comunicação sobre as ações e projetos da Justiça do Trabalho no Pará. Elaborado pela Assessoria de Comunicação Social do Tribunal, o podcast se junta às diversas mídias utilizadas, como a Revista Eletrônica, redes sociais, portais e intranet, utilizando o princípio da multiplatforma.

O resultado preliminar do Ranking da Transparência do Poder Judiciário trouxe o TRT8 na 3ª colocação entre todos os TRTs do Brasil, com 92,27% do índice de transparência.

O ranking foi criado pelo CNJ para estimular os órgãos do Judiciário a disponibilizarem suas informações de forma mais clara e padronizada à sociedade. Foram avaliados os 24 TRTs, e o TRT8 ficou na terceira colocação.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJP

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



MARCELO PINHEIRO

@domarcelopinheiro ✉ cerimonialista@gmail.com

VISÃO,

À CÉSAR O QUE É DE CÉSAR

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA APROVA DATA MAGNA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

César Mattar Júnior, o procurador-geral de justiça, ao ter aprovado por seus pares, de forma unânime, o reconhecimento do dia 22 de junho por data magna do Ministério Público do Estado do Pará, já entra para a história da Casa de 130 anos, como o gestor com a sensibilidade capaz de transformar o ontem em tema contemporâneo, atemporal e visível a toda a sociedade, ao tornar público que o MP surgiu junto a primeira Constituição Estadual, em 1891, promulgada pelo Congresso Constituinte, presidido pelo então senador José Paes de Carvalho.

8

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

APREENSÕES

Operação Euterpe finaliza com prisões, apreensões de drogas e munições

O efetivo recuperou lanchas e motores roubados, tornando mais seguro o ambiente para a população

26 JUN 2021 - 23:45 | ATUALIZADO 26 JUN 2021 - 23:45 | Compartilhar 12



A região do Baixo Tocantins, conhecida pela produção de açaí nesta época do ano, quando os comerciantes costumavam ser assaltados nos rios e perdiam a renda obtida com a venda do fruto. Para agir de forma preventiva e ostensiva, foi realizada a Operação Euterpe em área predominantemente ribeirinha, que ocorreu no período de 10 a 25 de junho. Os resultados, importantes para comerciantes e a população em geral, foram divulgados neste sábado, 26.

Em 15 dias de operação foram apreendidas 14 armas, uma motosserra, munições, 17 “petecas” de droga similar à maconha e quatro similares à cocaína.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Também foram presas oito pessoas, uma delas foragida do sistema penitenciário e duas por força de mandados expedidos pela Justiça. Os policiais recuperaram três embarcações e cinco motores, do tipo rabeta, que haviam sido roubados.

Para o patrulhamento fluvial, que abordou embarcações de passageiros e de carga, foram empregadas seis embarcações, sendo cinco lanchas, entre elas a “Aruanã 29”, que possui equipamentos para incursões à noite e blindagem, e o barco “André Luiz”, utilizado como apoio durante a operação.

Com informações do Agência Pará

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

JULGAMENTO

Homem que matou morador de rua em Icoaraci é condenado a 8 anos em regime semi-aberto

🕒 26 JUN 2021 - 09:40 | ATUALIZADO 26 JUN 2021 - 09:42 | [Compartilhar](#) [Facebook](#) [Twitter](#) [WhatsApp](#) [LinkedIn](#) [Print](#)



Kleber Warner de Souza Araújo, de 20 anos, foi condenado, pelo 2º Tribunal do Júri, a 8 anos de reclusão, em regime semi-aberto, por homicídio simples, ele é acusado de ter matado a pauladas um morador de rua, em 2019, no distrito de Icoaraci,

O crime ocorreu por volta das 3 horas da madrugada do dia 7 de outubro de 2019, quando Marcelino de Oliveira Teixeira foi morto por traumatismo craniano,

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

após sofrer várias pauladas, em via pública, na travessa Moura Carvalho, no bairro Ponta Grosso, em Icoaraci.

A pena fixada pelo juiz ao condenado foi de 10 anos de reclusão, mas foi reduzida em dois anos, para ser cumprida em regime inicial semiaberto.

O advogado do réu, defensor público Domingos Lopes Pereira, acompanhou o entendimento do promotor, uma vez que o acusado não relatou como cometeu o crime. Em interrogatório, o réu disse que também era morador de rua e confessou ter desferido várias pauladas na vítima, mas não relatou o que teria ocorrido entre ambos.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Acusado de matar homem em situação de rua a pauladas é condenado

Em interrogatório, o réu confessou ter atentado contra a vítima



O Liberal

25.06.21 20h14



Kleber Warner de Souza Araújo, de 20 anos, foi condenado pela acusação de matar Marcelino de Oliveira Teixeira, 44 anos, pessoa em situação de rua, a pauladas. A condenação por homicídio simples foi reconhecida por jurados do 2º Tribunal do Júri.

A pena fixada foi de 10 anos, mas após redução, ficou fixada em 8 anos de reclusão para ser cumprida em regime inicial semi-aberto.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

O réu não relatou como cometeu o crime. Em interrogatório, Kleber confessou ter atentado contra a vítima. No entanto, ele não relatou o que teria ocorrido entre os dois.

O crime aconteceu por volta das 3h da madrugada do dia 7 de outubro de 2019, quando Marcelino morreu por traumatismo após sofrer várias pauladas. O homicídio aconteceu em via pública, na altura da Travessa Moura Carvalho, no bairro Ponta Grossa, Icoaraci, Região Distrital de Belém.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br